



ATA

108ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CNPS

30 de março de 2005

Brasília - DF

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
ATA DA CENTÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS

DATA: 30 de março de 2005.

LOCAL: Sala de Reuniões do 9º Andar do MPS

I – PRESENCAS

Representação do Governo

MPS – Liêda Amaral de Souza – Suplente

MPS/SPS – Helmut Schwarzer – Titular

MPS/SPC – Sérgio Ricardo dos Santos Rosa – Suplente

MF – Julian Marcondes Viana de Assis – Suplente

MP – Eduardo Cezar Gomes – Titular

MP/IPEA – Guilherme Costa Delgado - Suplente

Representação dos aposentados e pensionistas

Cobap - Marcelo Viana Estevão de Moraes – Titular

Cobap – Raimundo Nonato de Souza – Titular

CUT/SINTRAP – Epitácio Luiz Epaminondas – Titular

Cobap – Josepha Theotônia de Britto – Suplente

Representação dos trabalhadores em atividade

Força Sindical – Ricardo Patah – Titular

Contag – Evandro José Morello – Titular

CUT – Lúcia Regina dos Santos Reis – Titular

Representação dos empregadores

CNC – José Idemar Ribeiro – Titular

CNI – Aurélio Márcio Nogueira – Suplente

Convidados:

AECI/GM/MPS – Vicente de Paula Silva

Dataprev – Maurício de Castro Oliveira
INSS/Controladoria – Cibele Magalhães
INSS/Auditoria – Francisco José Barbosa
INSS/Auditoria – Carlos Roberto Ribeiro
INSS/Auditoria – Edna Hamada
INSS/Auditoria – Walmir dos Santos
DGPAl/INSS – José Roberto Senno
PFE/INSS – Célio Rodrigues da Cruz
SRP/MPS – Josivan Anselmo
PFE/INSS – Maximiliano Coimbra
Arrecadação/PGF – Marcelo da Silva Freitas
CGBENIN/DPM/INSS – Maria Virgínia de Medeiros Eloy Sousa
CGBENIN/Dirben/INSS – Paulo César Carvalho Fernandes
MPS – Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira
Dataprev – José Porphirio A. Miranda
Dataprev – Eliane de Paula Costa
Força Sindical – Luiz Fernando Emediato

Ausências:

MPS – Romero Jucá – Titular
INSS – Carlos Gomes Bezerra
INSS/DIRBEN – João Laércio Gagliardi Fernandes – Suplente
MPS/SPC – Adacir Reis – Titular
INSS – Samir de Castro Hatem – Titular
MF – Marcos de Barros Lisboa – Titular
CNF – Jorge Higashino
CNA – Rodolfo Tavares – Titular
CNT – Danielle Strohmeier Gomes – Suplente

1 **II – ABERTURA**

2 Presidindo a mesa, a Secretária-Executiva do MPS, Liêda Amaral, abriu a reunião.
3 Justificou o atraso da reunião e a ausência do Senhor Ministro da Previdência
4 Social, Romero Jucá. Deu as boas-vindas aos senhores conselheiros e, verificada a
5 existência de *quorum*, deu início aos trabalhos. Passou a palavra ao Sr. Helmut
6 Schwarzer, Secretário-Executivo do CNPS, que justificou o atraso para o começo da
7 reunião em decorrência de estar acompanhando a Secretária-Executiva na abertura
8 do seminário “Proteção ao Conhecimento Como Atividade de Estado”, que estava
9 ocorrendo no auditório do Ministério.

10

11 **III – INFORMES**

12

13 O Conselheiro Helmut Schwarzer iniciou os informes, dizendo que a ata da 107ª
14 reunião do CNPS não poderia ser posta em votação por não estar pronta, em
15 decorrência do término do contrato do serviço de taquigrafia, mas que novo
16 processo de licitação estava em andamento. Comunicou que haveria a continuidade
17 dos encontros dos membros dos Conselhos de Previdência Social e que o próximo
18 encontro seria realizado na cidade de Bauru, nos dias 7 e 8 de abril, abrangendo os
19 dez Conselhos de Previdência da região oeste do Estado de São Paulo. Explicou
20 que, pelo fato de o Estado de São Paulo contar com vinte Conselhos, foi necessário
21 separar os encontros em duas partes. Outro encontro seria realizado nos dias 18 e
22 19 de abril, em Serra-ES, para os Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro,
23 além da cidade de Juiz de Fora. Informou também que o ex-Ministro Amir Lando
24 havia assinado a Recomendação nº 8, bem como as Resoluções nº 1.255 e 1.256,
25 aprovadas na última reunião, tudo já publicado no Diário Oficial da União do dia
26 23/03/2005. Mencionou a publicação da portaria de nomeação do Diretor de
27 Benefícios João Laércio Gagliardi Fernandes, que passa a ser membro integrante do
28 Conselho Nacional de Previdência Social. Em seguida, apresentou o Sr. Vicente
29 Silva, Assessor Especial de Controle Interno, que se dispôs prestar informes sobre
30 as atividades de Controle Interno ao Conselho, solicitando a autorização da Srª
31 Liêda Amaral para lhe passar a palavra.

32

33 O Sr. Vicente apresentou-se aos conselheiros e justificou a sua vinda ao Conselho
34 dizendo que, talvez pelo fato de uma parcela razoável de conselheiros ter sido
35 nomeada recentemente, notou a ausência de discussão sobre a questão de controle.
36 Distribuiu um quadro aos conselheiros, denominado “Operacionalidade do Sistema
37 de Controle Interno”, demonstrando a conformação do sistema de controle interno,
38 em termos de estrutura estratégica, tática e operacional, esclarecendo que, apesar
39 de o CNPS ser o órgão máximo de gerenciamento da Previdência Social no País,
40 não identificou nas resoluções do Conselho elementos de formulação de política
41 previdenciária. Informou que, entre as competências do Conselho, uma lhe causou
42 preocupação, pois se trata da apreciação da prestação de Contas do Ministério a ser
43 encaminhada ao TCU. Esclareceu que o Ministério não tem prestação de contas e
44 expressou a sua dúvida, solicitando aos Conselheiros uma resposta a esse
45 questionamento, em função de prazos definidos a serem cumpridos. Comunicou que
46 foi organizado um comitê de controle interno para elaborar uma série de questões,
47 como a criação de um sistema integrado de custos da Previdência, um sistema de
48 indicadores integrados e uma sistemática de divulgação, para dar transparência a
49 ações corretivas no âmbito da Previdência, que será publicada na internet, a qual
50 está sendo chamada de sistemática de divulgação das ações corretivas e dos atos
51 convencionais, além da criação de um sistema ético-disciplinar, pois identificou
52 confusão nos mecanismos de punibilidade no interior da Previdência, em função da
53 existência de estruturas centrais em Brasília e nas unidades regionais. Por não
54 conhecer a relação que se estabeleceu entre essas unidades de controle e a ação
55 efetiva da sociedade civil, como formuladora e controladora da política de
56 Previdência, propôs-se a comparecer às reuniões dos conselhos locais,
57 esclarecendo que em muitas gerências não há pauta, ficando à mercê do titular da
58 unidade. Informou que participa de um grupo que coordena o trabalho de
59 reconstrução do cadastro e indagou qual é o entendimento do Conselho a esse
60 respeito, aduzindo que há necessidade de diretrizes por parte do CNPS, por
61 desempenhar o papel de agente de controle da Previdência em nível estratégico.

62

63 O Conselheiro Helmut agradeceu a presença do Sr. Vicente, esclarecendo que o
64 CNPS tem apresentado prestações de contas dos diversos programas e políticas,
65 criando resoluções e recomendações de modificação ou aperfeiçoamento das ações
66 do INSS, da Dataprev e do Ministério da Previdência Social. Informou que há um

67 histórico de discussão sobre previdência rural que poderá resultar no
68 aperfeiçoamento da sua legislação e da política nacional de saúde e segurança do
69 trabalhador, além da formulação de metodologias, resultando nas resoluções de
70 crédito para aposentados e na modificação de datas para pagamento de benefícios
71 de dez para cinco dias úteis, apenas para citar alguns exemplos e aspectos
72 essenciais de políticas. Propôs apresentar ao Conselho a questão trazida pelo Sr.
73 Vicente, sobre como participar melhor da supervisão das atividades do Ministério,
74 retificando que sempre houve prestação de contas ao CNPS. Em seguida, o
75 Conselheiro Helmut propôs cancelar o item “Andamento dos programas relacionados
76 à Tecnologia da Informação”, em decorrência de o palestrante, Sr. Sérgio Prates, ter
77 sido exonerado. Esclareceu que o tema seria retomado em outra oportunidade,
78 encerrando os informes.

79
80 A Sr^a Liêda Amaral anunciou o relato da Dataprev, a ser apresentado pelo Sr.
81 Maurício de Castro, transmitindo a presidência dos trabalhos ao Conselheiro Helmut.

82
83 O Conselheiro Marcelo Estevão lembrou que havia solicitado, na reunião passada,
84 informações adicionais sobre problemas verificados em relação ao PAB, querendo
85 saber se havia uma resposta sobre os valores discrepantes observados no mês de
86 janeiro de 2005, durante a apresentação da Sr^a Ana Adail. Recomendou que, se não
87 houvesse maiores informações sobre o assunto, o material fosse encaminhado ao
88 Sr. Vicente, pedindo-lhe que o apreciasse, a fim de, na próxima reunião, trazer
89 alguma proposta ou resultado concreto, para reforçar a atuação do Conselho na
90 área de controle.

91
92 O Presidente respondeu que ainda não havia resposta e que se esforçaria para
93 trazê-la na próxima reunião.

94

95

96 **IV - ORDEM DO DIA**

97

98

99 Relatório de Execução Dataprev

100 Palestrante: Maurício de Castro Oliveira, Superintendente de Organização e
101 Desenvolvimento da Dataprev.

102 O Superintendente de Organização e Desenvolvimento da Dataprev, Sr. Maurício de
103 Castro Oliveira, iniciou a sua apresentação, informando que o seu escopo seria uma
104 visão bastante resumida e executiva das realizações da Dataprev em 2004 e o que
105 pretende realizar em 2005. Comentou que o relatório de gestão é bem mais
106 abrangente, encontrando-se disponível na intranet, mas que em breve será
107 publicado na internet. A respeito das realizações da Dataprev no ano de 2004, na
108 área de serviços, destacou que foram desenvolvidos diversos serviços, com foco em
109 melhorias e inovações nos sistemas finalísticos da Previdência Social, alterações
110 legais, melhoria da qualidade dos dados e implementação de novas funcionalidades,
111 ressaltando o grande impacto que tiveram os serviços da Dataprev para viabilizar
112 empréstimos dos beneficiados e a consignação do seu pagamento de benefícios.
113 Citou o trabalho de mapeamento de todos os sistemas finalísticos da Previdência,
114 identificando riscos e críticas de cada sistema e definindo dificuldades e problemas
115 de produção de cada um, o que resultou numa planilha utilizada como instrumento
116 de gestão, pela qual foi desenhada uma solução para cada sistema, com prazos e
117 custos estimados, visando maior estabilidade. Esclareceu que essas soluções são
118 variadas, implicando adequação de hardware e da própria aplicação, compras e
119 redistribuição de equipamentos, e que cada uma é tratada de forma específica.
120 Informou que uma parte dessas soluções já foi realizada, mas que a outra depende
121 da compra de novos equipamentos, concentradas no que chamou de plataforma
122 baixa, formada por equipamentos de pequeno e médio portes. Outra iniciativa seria a
123 estruturação do projeto de modernização tecnológica, que não é uma solução
124 emergencial como a anterior, pois visa redesenhar toda a arquitetura tecnológica de
125 sistemas e de informações da Previdência Social. Na área de melhoria de gestão,
126 destacou a implementação do processo de planejamento participativo, envolvendo
127 um conjunto significativo de empregados, com o fim de mudar algumas práticas de
128 gestão da empresa e de gerar maior conscientização do corpo funcional a respeito
129 do seu papel e da sua importância, que ainda está em evolução. Mencionou a
130 padronização do ambiente produtivo em plataforma baixa, mediante normatização e
131 mudança de procedimentos e de processos, para se obter maior capacidade de
132 execução e de gerenciamento nessa plataforma tecnológica, e o investimento na

133 atividade de gerenciamento de projetos de software, resultando em maior controle
134 dos prazos e custos, maior qualidade na documentação e no gerenciamento do
135 escopo de projetos e iniciativas para reduzir o passivo de conhecimento técnico,
136 investindo-se em pós-graduação, seminários, congressos e planos de incentivo de
137 treinamento. Este ponto foi significativo em relação ao ano anterior, mas ainda há
138 necessidade de se melhorar. Os maiores investimentos foram na aquisição de
139 hardware e software para telecomunicações, no total de R\$ 4,2 milhões, o que
140 correspondeu a 62% dos recursos, permitindo o aumento do link de acesso à
141 internet, a comunicação entre os centros, a melhoria da capacidade de
142 gerenciamento e de segurança da rede, evitando-se ataques, e a implementação de
143 videoconferência, além da aquisição de hardware e software para servidor
144 (plataforma baixa) no valor de R\$1,1 milhões. Em termos de equipamentos
145 periféricos, foram adquiridos computadores, *no breaks* etc. e, no que se refere à
146 estação de trabalho, foi possível equipar as superintendências da Dataprev. A
147 respeito dos pontos fortes realizados em 2004, o palestrante ressaltou o
148 conhecimento para aplicação da Tecnologia da Informação – TI em sistemas de
149 missão crítica da Previdência; a garantia de continuidade dos serviços e processos
150 de TI da Previdência; a capilaridade nacional de atendimento, com representação
151 em quase todos os estados brasileiros (23 estados), porém todos são atendidos; a
152 flexibilidade para contratação dos seus serviços; e a robustez da plataforma
153 tecnológica, permitindo maior capacidade de processar informação. Quanto aos
154 pontos fracos, ressaltou a crise de relacionamento e de identidade empresarial, pois
155 não está claro o papel institucional da Dataprev como empresa pública de tecnologia
156 da informação; a deficiência na comunicação interna e externa; a dificuldade de
157 execução orçamentária, porque, apesar de haver faturamento regular, o mesmo não
158 ocorre com o fluxo financeiro, o que gera o estrangulamento de execução
159 orçamentária, implicando obsolescência tecnológica, passivo de conhecimento
160 técnico de seus funcionários e problemas de instalações físicas; a não-integração
161 entre as iniciativas técnicas, sociais e organizacionais, que são questões
162 interdependentes; e o processo decisório centralizado e geograficamente distante de
163 Brasília, devido ao escritório localizado na cidade do Rio de Janeiro, que participa de
164 decisões estratégicas. No que se refere ao plano para 2005, destacou as inovações
165 nos sistemas de informações, quais sejam: GFIP original, com cobrança automática;
166 integração do cadastro de pessoa jurídica; execução fiscal virtual, agilizando os

167 trâmites jurídicos na Justiça; planejamento da ação fiscal, com cruzamento de
168 informações numa visão integrada para evitar a sonegação e a evasão; previsão da
169 arrecadação, com simulação de mudança de variáveis econômicas e seus reflexos
170 na arrecadação; sistema de concessão e revisão de benefícios por determinação
171 judicial; e descentralização do atendimento, conhecido como o programa Simplifique,
172 aumentando os serviços oferecidos ao cidadão na internet e por telefone, com o
173 objetivo de reduzir as filas nas agências. Quanto à melhoria de gestão, mencionou
174 que se pretende continuar o programa de capacidade técnica, realizando também
175 um programa de capacidade gerencial. Como planos nessa área, destacou a
176 maturidade dos processos de trabalho (planejamento, software, administrativo); a
177 melhoria dos sistemas internos; e a capacitação técnica e gerencial, esclarecendo
178 que a empresa tem conseguido melhorar a capacidade de gerenciamento de
179 demandas, de projetos, de compras de suprimentos, etc. O plano para 2005 na área
180 de modernização tecnológica abrange o uso de padrões abertos, garantindo maior
181 portabilidade; escalabilidade da capacidade de processamento, rede e
182 armazenamento, conforme a necessidade e à medida que se compram novos
183 equipamentos, acoplando-os à arquitetura de informações; desativação do ambiente
184 *mainframe* Unisys, por determinação dos órgãos de controle; desenvolvimento em
185 plataforma *web*, o que melhorará o atendimento; interoperabilidade e
186 contingenciamento entre os ambientes produtivos; segurança da informação, com
187 novos controles de acesso; integração dos dados; troca de informações com outros
188 órgãos; redução dos custos operacionais; aproveitamento dos investimentos
189 realizados; fortalecimento do conhecimento organizacional; e migração progressiva.
190 Por fim, o palestrante solicitou a ajuda do CNPS, a fim de se integrarem os
191 planejamentos estratégicos e estabelecer um acordo com níveis de gestão, não só
192 cobrando, mas também facilitando e vencendo barreiras para melhorar os trabalhos
193 da empresa.

194 O Presidente concedeu, então, a palavra aos conselheiros.

195 O Conselheiro Ricardo Patah afirmou que o problema da Dataprev seria a espinha
196 dorsal de todo o sistema, porque muitas pessoas consideram o investimento na
197 empresa como um custo, apesar do perigo de se tornar obsoleta. Solicitou que a
198 Dataprev ouça o Conselho, que, sob o ponto de vista político, poderá expressar a
199 sua impotência em relação aos problemas e fraudes publicadas na imprensa e

200 subsidiá-la com informações colhidas na base, para estruturar uma entidade que
201 tenha a cara do nosso país. Propôs levar as questões das bases para atender ao
202 clamor da sociedade civil.

203 O Conselheiro Marcelo Estevão elogiou a exposição do palestrante, aduzindo que
204 não havia novidade nos pontos fortes listados, pois já faziam parte do plano de ação
205 de 2004. Comentou, em relação aos pontos fracos, que, conforme já havia sido
206 mencionado pelo Sr. Sérgio Prates, ex-Chefe da Assessoria Especial de Tecnologia
207 e Informação do Ministério, e pelo INSS, há um problema de governança geral na
208 área de tecnologia da informação e de crise de relacionamento, aduzindo que essas
209 questões gerais de governança e os problemas de comunicação fazem com que
210 haja uma percepção geral da sociedade no sentido de atribuir à Dataprev a maior
211 parte da responsabilidade quanto às dificuldades do sistema. Concordou que há
212 também uma desconexão entre orçamento e execução, mas comentou que não
213 sabia se todos os recursos se originavam basicamente de verbas repassadas do
214 orçamento federal. Mencionou a disponibilidade de recursos para investimento na
215 área de tecnologia da informação, devido aos acordos do Pró-Prev com o Banco
216 Interamericano, complementando que esses recursos não só deixaram de ser
217 investidos como ainda representariam ônus para o Governo, tendo em vista a sua
218 não-utilização. Afirmou que os assuntos relacionados à tecnologia da informação
219 estão na agenda do CNPS, a fim de se buscar uma integração das diversas áreas,
220 concluindo que não se trata apenas de definir um diagnóstico das necessidades do
221 sistema, pois a dificuldade tem recaído no fato de não se conseguir transformar o
222 diagnóstico num processo integrado de execução. Considerou que as inovações do
223 sistema de informação estão vinculadas à melhoria do sistema existente, que a
224 execução fiscal virtual é um projeto ambicioso, de difícil execução, e perguntou se
225 isso vai sair do papel, tendo em vista que a viabilidade desse projeto envolve
226 governança e fluxo de investimentos, cujas condições não foram apresentadas ou
227 não estão sendo operacionalizadas adequadamente.

228 O Sr. Maurício de Castro comentou que a proposta de se aproximar a Dataprev do
229 CNPS para discutir os problemas seria uma oportunidade muito bem vinda para a
230 Dataprev. Quanto à avaliação sobre os pontos fortes, ressaltou que, apesar de
231 reconhecidos como tradicionais, têm sido muito questionados atualmente. Informou
232 que o orçamento da Dataprev é oriundo do faturamento de serviços e que não existe

233 aporte do Tesouro Nacional para a Dataprev há vários anos. Citou o recorde de
234 faturamento no ano de 2004, aduzindo, porém, que ele não chega ao financeiro, pois
235 há um descasamento entre o que é faturado e o que é pago, gerando problema
236 financeiro. Justificou a falta de uso do dinheiro disponível de empréstimos
237 internacionais devido à falta de agilidade, decorrente do processo truncado de
238 governança. Disse que não considerava a execução fiscal um sonho, uma vez que
239 há disponibilidade de recursos financeiros, acrescentando que se fosse essa uma
240 prioridade e se se resolvessem alguns problemas internos de gestão haveria
241 possibilidades muito concretas de realização desse processo. Avaliou que o principal
242 desafio seria a implementação dos serviços e a integração das estratégias das
243 instituições do sistema de Previdência.

244 O Conselheiro Marcelo Estevão complementou a sua observação, dizendo que
245 quem contrata os serviços da Dataprev são entidades que dependem do orçamento
246 público federal. Portanto, embora a empresa funcione como qualquer outra,
247 faturando os seus serviços para obter recursos, ela depende do orçamento público
248 federal indiretamente, uma vez que os seus clientes precisam dele para cumprir com
249 as suas obrigações.

250 O Presidente mencionou que o Ministro Romero Jucá tem feito reuniões com todas
251 as secretarias do Ministério para estabelecer diretrizes conjuntas, acrescentando
252 que, em breve, com a consolidação do programa de trabalho para 2005, haverá a
253 reversão de algumas dificuldades no relacionamento entre o Ministério e a Dataprev.
254 Fez uma menção elogiosa à Dataprev devido à experiência positiva de cooperação
255 no sistema de transmissão de dados entre os países do Mercosul, para apoio à
256 implementação do acordo multilateral da Previdência Social do Mercosul. Citou o Dr.
257 Tito Cardoso, cuja área fez grande parte do trabalho técnico, e a Dr^a Cláudia, que
258 conseguiu montar, junto com os parceiros, o primeiro teste de transmissão de dados,
259 que foi um sucesso. Solicitou ao Dr. Maurício de Castro que transmitisse à
260 Presidência da Dataprev o seu agradecimento.

261 O Conselheiro Marcelo Estevão afirmou que a integração do planejamento
262 estratégico das instituições do sistema, com um processo contínuo de prestação de
263 contas da sua execução ao Conselho, seria uma questão de bom senso. Solicitou
264 aprovar uma resolução, determinando que o MPS, o INSS e a Dataprev integrassem
265 os seus planejamentos estratégicos na área de tecnologia da informação, o que

266 serviria de base para realizar um esforço de coordenação e de aglutinação.
267 Considerou como central a área de tecnologia da informação para a melhoria do
268 atendimento, o combate à sonegação e à fraude e para a redução de custos
269 operacionais. Sendo assim, haveria necessidade de se monitorarem os debates de
270 projetos na área da TI. Fez uma proposta de resolução para integrar o planejamento
271 estratégico dessas instituições na área de tecnologia da informação, prevendo o
272 acompanhamento regular da sua elaboração e implementação por parte do
273 Conselho.

274 O Presidente concordou com o bom senso da proposta, aduzindo que essa seria a
275 função da Assessoria Especial de Tecnologia de Informação, que foi transformada
276 recentemente em Departamento de Tecnologia e Informação, cujo papel seria
277 confirmado.

278 O Conselheiro Evandro Morello mencionou os conflitos internos institucionais entre a
279 Dataprev e os órgãos para quem ela presta serviços. Acrescentou que o Conselho
280 deve fazer menção à importância da Dataprev para a política previdenciária e tem a
281 obrigação não de interferir nas relações, mas de realizar um controle que
282 proporcione transparência na condução da política de melhoria da tecnologia da
283 informação e maior segurança. Concluiu, considerando necessário fazer
284 investimento nesse setor.

285 O Conselheiro Epitácio Luiz comentou sobre a reconstrução do cadastro, informando
286 que há diferenças nos cadastros do INSS, do MPS e da Dataprev. Considerou que a
287 proposta do Conselheiro Marcelo Estevão ensejaria a aprovação de uma política
288 nesse sentido, para começar a trabalhar a questão. Complementou, dizendo que, se
289 há um grupo de trabalho para esse fim, o Conselho deve participar dele, para expor
290 o seu entendimento e as suas ansiedades.

291 O Conselheiro Ricardo Patah esclareceu que a sua proposta foi no sentido de
292 procurar a Direção da Dataprev, para realizar uma discussão mais ampliada com a
293 instituição, considerando a questão tecnológica como fundamental para resolver os
294 problemas de insegurança, injustiça e impossibilidade de distribuição de renda.
295 Afirmou que o Conselho, como instância máxima, deve ter capacidade política de
296 ingerência, para modificar a imobilidade que se verifica atualmente.

297 O Presidente sugeriu que se aprovasse a proposta de resolução do Conselheiro
298 Marcelo Estevão, para respaldar a ação futura do CNPS, e que se continuasse a
299 conversar sobre o assunto, para viabilizar a reunião com a Direção da Dataprev, por
300 intermédio do Sr. Maurício de Castro, propondo uma visita à empresa, na qual ela
301 apresentaria o funcionamento do sistema, suas dificuldades e soluções. Perguntou
302 ao palestrante se isso seria possível, o qual respondeu que sim.

303 O Conselheiro Ricardo Patah solicitou que a equipe de apoio fizesse a redação da
304 proposta de resolução, determinando ao INSS e ao Ministério da Previdência que
305 seja feito o planejamento estratégico das políticas na área de tecnologia da
306 informação e que o Conselho faça o monitoramento permanente das atividades
307 nesse sentido.

308 O Presidente afirmou que essa era uma posição consensual do Conselho e
309 agradeceu a presença do Sr. Maurício de Castro, que agradeceu ao Conselho e
310 disponibilizou a Dataprev para qualquer iniciativa que o CNPS considerasse melhor
311 para resolver o problema.

312 O Presidente passou para o próximo item da ordem do dia:

313

314 Relatório de execução conforme plano de trabalho do INSS apresentado em reunião
315 do CNPS

316

317 A Sr^a Cibele Magalhães de Pinho de Castro, da Coordenação-Geral de
318 Controladoria do INSS, informou que a prestação de contas de 2004 foi finalizada e
319 constava do relatório de gestão do INSS, que seria apresentado pelo Sr. Francisco
320 José Barbosa, disponibilizando uma cópia da íntegra para os Srs. Conselheiros.
321 Comentou que estava bastante satisfeita em saber que o assunto relativo ao
322 planejamento estratégico no contexto de unificação das três grandes instituições da
323 Previdência Social tinha sido retomado. Aduziu que uma das metas do INSS para
324 2005 seria o alinhamento e a atualização das informações constantes do produto
325 gerado no ano 2000, que é o planejamento estratégico do INSS.

326 O Sr. Francisco José Barbosa iniciou a sua apresentação tratando as principais
327 ações da Diretoria de Orçamento e Finanças, que seriam regularização da

328 documentação de imóveis. O palestrante comentou que, durante o ano de 2004,
329 obteve-se o habite-se de 3.213 imóveis e o habite-se provisório de 1.584 imóveis
330 junto à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, e 422 imóveis ainda estão em
331 situação documental totalmente regular. Alienaram-se 4 imóveis não-operacionais;
332 instauraram-se comissões de tomada de contas especial com a finalidade de avaliar
333 249 processos; foram reformadas 11 Agências da Previdência Social; e foram
334 otimizados os recursos financeiros, objetivando a manutenção das 102 Gerências
335 Executivas por meio de 2.650 contratos de aquisição e serviços. Ainda nessa área, o
336 palestrante abordou também o demonstrativo analítico das despesas, mencionando
337 os seguintes itens: durante o exercício de 2004, houve redução de 225% em relação
338 ao exercício de 2003 e a redução de restos a pagar, decorrente da redução de
339 225,37% em relação a 2003. Quanto ao pagamento de diárias, com o gasto de
340 R\$56 milhões, houve um acréscimo de 35,91% em relação ao exercício anterior; em
341 indenizações e restituições, houve um acréscimo de 87%. Ressaltou pendência
342 relativa ao não-recolhimento de alíquota de contribuição do PASEP desde o
343 exercício de 2003, em descumprimento à Lei Complementar nº 7 e 8. Com
344 referência aos valores devidos aos agentes arrecadadores, ou bancos, o montante
345 atualizado até 21 de dezembro é de R\$1.379 milhão, dívida que está sendo tratada
346 junto à Secretaria Nacional do Tesouro, na forma da Portaria nº 441, de 30/12/2004.
347 Com relação ao processo de tomada de contas, foram adotadas as providências
348 referentes à determinação contida no acórdão do TCU, que ocorreram durante o
349 exercício de 2004. Trata-se do processo de tomada de contas especial, instalado no
350 exercício de 2003, cujo objeto foi o convênio firmado com o CETEAD. Aguarda-se a
351 conclusão do processo administrativo-disciplinar para a finalização dos trabalhos, o
352 que deverá ocorrer ainda no primeiro semestre de 2005, para finalizar esse trabalho
353 de tomada de contas. Mencionou a Portaria nº 1.565 e a Portaria DCPRES que
354 também constituíram comissão para a apuração de danos causados ao erário em
355 relação aos benefícios fraudulentos obtidos na Gerência do INSS em Goiânia, que
356 aguarda conclusão ainda neste primeiro semestre. Citou ainda a tomada de contas
357 da Portaria nº 3.723, que foi concluída no exercício de 2003 e encaminhada ao
358 Tribunal de Contas. Discorrendo sobre a Diretoria de Recursos Humanos,
359 mencionou que houve o acréscimo de 171 funcionários e o decréscimo de 966
360 servidores ativos em 2004. Comparando os quadros de 2003 e 2004, informou que
361 foram nomeados 40 servidores em 2003, passando para 47 em 2004; sem vínculo

362 tabelista, de 36 chegaram a 42; em exercício descentralizado de carreira, que são os
363 procuradores, havia 417, passando para 1.637; e requisitados, de 12 para 8. Em
364 2004, houve a nomeação de 762 analistas previdenciários, 1.137 técnicos
365 previdenciários e 250 auditores fiscais; houve ainda 423 exonerações, 46
366 demissões, 902 falecimentos, tanto de ativos quanto de inativos, e 565
367 aposentadorias. Em treinamento, foram oferecidas 55.443 oportunidades de
368 capacitação para os servidores, nas modalidades presencial e de ensino à distância,
369 sendo que eles foram assim distribuídos: na área meio gerencial, 32,489%; na
370 arrecadação, 27,22%; e em benefícios, 40,29%, observando que, do total de 55.443,
371 3% estão inseridos na modalidade de ensino à distância. Destacou um software que
372 foi desenvolvido, o site web, para o avanço da padronização das rotinas de cursos e
373 treinamentos, para facilitar o acompanhamento e o controle por parte das gerências
374 e da Coordenação-Geral de Desenvolvimento. Ressaltou que há problema em
375 relação ao deslocamento de funcionários a serem capacitados e de professores,
376 informando que os gastos são grandes devido à falta de infra-estrutura e logística
377 nas gerências. Informou que foram cadastradas 152 ações judiciais no SICADJ, e
378 que não foi informado o quantitativo restante para a conclusão do cadastramento.
379 Comunicou o monitoramento e a adoção de providências para sanar as disfunções
380 detectadas nos pagamentos de gratificações e/ou vantagens do sistema SIAPE e em
381 outras atribuições da Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos.
382 Abordando a Diretoria da Receita, informou, quanto à arrecadação do INSS, que a
383 arrecadação bancária alcançou o total de R\$94.599 bilhões; houve repasses de
384 outros órgãos, principalmente da Receita Federal, no valor de R\$6.710 bilhões; de
385 restituições foram R\$184 milhões; e de terceiros arrecadaram-se R\$7.360 bilhões,
386 considerando “terceiros” as entidades participantes do Sistema “S”. Conclui que a
387 arrecadação líquida foi de R\$93.765 bilhões. Como a meta de arrecadação prevista
388 para 2004 era de R\$92,60 bilhões e o valor alcançado para fins de apuração da
389 meta foi de R\$94,12 bilhões, ela foi superada em R\$1,52 bilhões, correspondendo a
390 1,64% do valor projetado. Informou ainda que dos 55 projetos inseridos no Plano de
391 Ação de 2004, somente 13 foram concluídos, correspondendo a 23,64% do total
392 previsto, e que a DIREP alegou que o não-cumprimento das metas deveu-se à
393 carência de servidores especializados, à descentralização dos recursos
394 orçamentários e financeiros e às condições tecnológicas e operacionais dos serviços
395 prestados pela Dataprev. Esclareceu que a Coordenação-Geral de Tributação e

396 Julgamento estipulou a meta de 240 dias de tramitação dos processos
397 administrativos fiscais, apesar de a Portaria nº 48 determinar 180 dias e que se
398 verificou a divergência entre os valores apresentados no Relatório de Gestão da
399 Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística e os da Secretaria da Receita
400 Previdenciária, no que concerne à receita de contribuições previdenciárias,
401 constando-se a diferença de R\$28.317 milhões. Na Diretoria de Benefícios, foram
402 avaliados os três principais indicadores: benefícios requeridos, benefícios
403 concedidos e benefícios represados. Informou que o número de 472.483 benefícios
404 represados, apurado em dezembro de 2004, aumentou em cerca de 17% em relação
405 ao total de 404.586 existentes em dezembro de 2003. Aduziu que tal fato foi
406 comprovado pelo indicador de desempenho Idade Média do Acervo; que o tempo
407 médio de concessão apresenta números superiores a 2003, com exceção do mês de
408 dezembro, e que o represamento ocorre tanto com os benefícios de prestação
409 continuada como na compensação previdenciária. Mencionou que do quantitativo
410 total de 5.267.246 benefícios requeridos, 66% referem-se a benefícios por
411 incapacidade e que foram superadas as seguintes metas: Programa de Reabilitação
412 Profissional; Perícia Médica por médicos credenciados; Perícia médica por médicos
413 do quadro; e orientação do reconhecimento do direito dos segurados, referente aos
414 benefícios previdenciários. Elencou os principais motivos que dificultaram o
415 cumprimento das demais metas em 2004: a greve dos médicos peritos; a greve dos
416 servidores administrativos; e problemas de operacionalização e performance dos
417 sistemas da Dataprev. Informou que houve acréscimo de 43,34% dos benefícios
418 assistenciais requeridos em 2004 em comparação com 2003 e que, no requerimento
419 do benefício assistencial do idoso, devido à redução da idade de 67 para 65 anos,
420 houve aumento significativo, da ordem de 146,41%. Em relação à compensação
421 previdenciária de origem, do regime próprio da Previdência, houve o acréscimo de
422 10,68% em relação a 2003; quanto ao instituidor, do regime geral da Previdência
423 Social, houve o acréscimo de 162,77%. Destacou que os requerimentos para
424 ingresso no regime geral da Previdência aumentaram 162% em 2004, na
425 comparação com 2003.

426 O Presidente interrompeu o palestrante para explicar o que é a compensação
427 previdenciária. Observou que ela pode ocorrer em nível internacional, quando as
428 pessoas têm tempo de contribuição em países diferentes, pois existem acordos

429 internacionais de previdência que prevêem a computação desses tempos de
430 contribuição, e internamente, no caso de pessoas que têm tempo de contribuição no
431 regime geral, e se aposentam como funcionárias públicas, no regime próprio, além
432 de pessoas que se aposentam nos governos estaduais e municipais.

433 O Sr. Francisco José Barbosa continuou a sua apresentação, mostrando o gráfico
434 comparativo de benefícios repesados. Informou que, em relação aos benefícios
435 emitidos pagos, em 2002 foram pagos R\$88.845.922.259; posteriormente elevados
436 para R\$108 bilhões e, em 2004, alcançando o valor de R\$126 bilhões. Passando
437 para a gestão de recursos, comunicou que estava sugerindo para 2005 as seguintes
438 medidas de aperfeiçoamento dos controles internos: aprimoramento dos sistemas de
439 controle informatizados; uniformização de procedimentos; atualização de normas e
440 orientações; construção de indicadores; capacitação de recursos humanos e
441 otimização financeira; acompanhamento e supervisão. Informou que inseriu também
442 as ações da Procuradoria Federal especializada que presta serviços ao INSS,
443 explicando que em 2004 houve o crescimento de 51% em relação a 2003 em
444 sistema da dívida; em depósito judicial, houve o crescimento de 27%; e, na
445 arrecadação trabalhista, houve o acréscimo de 23%, sendo que, no total geral,
446 houve o crescimento de R\$3.641 bilhões, correspondendo ao percentual de 34%.
447 Mencionou que os resultados obtidos nos Tribunais Superiores foram muito
448 expressivos, pois houve algo em torno de 70% de vitórias nas ações da dívida ativa.
449 Em relação à Corregedoria, esclareceu que existe uma Corregedoria-Geral em
450 Brasília e seis Corregedorias Regionais. Em 2003, foram aplicadas 246 penalidades,
451 entre advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria e destituição
452 do cargo, correspondendo a uma redução de 55% em relação a 2003. Comunicou
453 que a previsão orçamentária da Corregedoria no exercício de 2004 foi de R\$5.500
454 bilhões, com a instauração de 995 processos administrativos, que foram instaurados
455 938 processos administrativos disciplinares – PAD, representando 94% da meta
456 física, e houve a execução de R\$5.247 bilhões, correspondendo a 95,40% do total
457 previsto. Apresentou a prestação de contas e o balanço orçamentário, explicando
458 que receitas correntes são provenientes das contribuições previdenciárias, da receita
459 patrimonial e de receitas de serviços prestados para terceiros, além de outras
460 receitas correntes. Informou que a receita corrente foi de R\$95.691 bilhões e que,
461 em receitas de capital, em 2004, houve o acréscimo de R\$14 milhões, provenientes

462 dos imóveis vendidos. O total de receitas foi da ordem de R\$95.706 bilhões. Houve o
463 repasse de R\$40 bilhões, gerando o total de R\$135.741 bilhões. Quanto às
464 despesas correntes, informou o gasto com pessoal, no valor de R\$5.253 bilhões, e
465 outras despesas correntes, totalizando R\$124 bilhões, nas quais estão inseridos os
466 benefícios e a manutenção do INSS. O crédito de orçamento suplementar foi de
467 R\$7.916 bilhões e as despesas de capital corresponderam a R\$30 bilhões,
468 destinadas ao ativo permanente. O total foi de R\$137 bilhões, com o déficit
469 orçamentário de R\$1.525 bilhão. Esclareceu que os recursos vêm da Secretaria do
470 Tesouro Nacional, através de cotas, para o Ministério, que, quando os destina ao
471 INSS, depois de supervisionados, configuram repasse; quando se destinam
472 diretamente para a unidade, transformam-se em sub-repasse e que quando o INSS
473 os destina para uma unidade é também um sub-repasse. Aduziu que a verba do
474 Ministério da Educação vem em forma de repasse para o Ministério. Explicou o
475 detalhamento da execução orçamentária e da execução financeira: feita a Lei de
476 Orçamento Anual, é realizado o QDD e o registro no Siafi, depois, a programação
477 dos desembolsos, com o limite para a movimentação e o empenho e a
478 descentralização de créditos. Faz-se o empenho, a liquidação e o pagamento. Com
479 relação à receita, esclareceu que havia uma previsão de R\$93 bilhões; foram
480 executados R\$95 bilhões, então houve o crescimento de 2,19%; em relação à
481 despesa, ela foi fixada em R\$133 bilhões, e a despesa executada correspondeu a
482 R\$129 bilhões, verificando-se o decréscimo de 2,74%. Então o total entre receita e
483 despesa gerou a diferença de 0,46%. Entre os fatores que impactaram a gestão,
484 verificou-se o orçamento inferior às necessidades, a estrutura organizacional
485 inadequada às necessidades, a insuficiência de recursos humanos, os sistemas
486 informatizados incompatíveis com a realidade e os controles internos frágeis. Foram
487 feitas as seguintes restrições à gestão: entre inventários físicos não encaminhados
488 na sua totalidade, 43 foram divergentes e 69 não foram encaminhados, no total de
489 946; não foi efetivado o recolhimento da obrigação patronal correspondente às
490 alíquotas de contribuições para o PASEP; e as despesas efetuadas por
491 reconhecimento de dívida, correspondentes a diversos tipos de serviços. Em face
492 dos exames realizados, a Auditoria-Geral, excetuadas as restrições que não
493 comprometeram a probidade da gestão, concluiu pela regularidade, com ressalva da
494 gestão dos responsáveis tratados no processo de prestação de contas ao INSS no
495 exercício de 2004.

496 O Presidente sugeriu prosseguir até às 13h30 com a fase de debates, e o
497 Conselheiro Marcelo Estevão propôs conceder a palavra ao Sr. José Roberto Senno,
498 para realizar um debate único. Ambas as propostas foram aceitas.

499

500 Programa de Melhoria do Atendimento

501 Palestrante: José Roberto Senno, Chefe da Divisão do Patrimônio Imobiliário do
502 INSS.

503 O palestrante iniciou a sua apresentação, informando que em 1998 foi criado o
504 Programa de Melhoria de Atendimento – PMA, do qual um dos componentes era a
505 reformulação do atendimento nas agências, incluindo as instalações físicas. Foram
506 setorizados os atendimentos para verificar quantos atendentes havia e também se
507 criou um layout mais ágil. Foram feitos 7 modelos-piloto para esse novo tipo de
508 agência adaptada ao PMA. Em 1999, foram feitas 45 obras de PMA; em 2000, 155,
509 que foi o auge. Naquela época, dispunha-se de algo em torno de R\$67 milhões. Em
510 2001, esse número caiu para 140; em 2002, foram 61; em 2003, 62; e, em 2004,
511 somente 16. O que limitou as obras foi a disponibilização de recursos para o
512 programa. Nas auditorias feitas pelo TCU e pela Secretaria Federal de Controle
513 sobre as obras, verificou-se que os projetos de engenharia sofriam muita correção
514 durante a sua execução. Explicou que isso ocorre porque geralmente há mudanças
515 nos projetos de reforma, ainda mais considerando que muitos imóveis não têm nem
516 sequer plantas da época em que foram construídos. Esclareceu que a própria lei de
517 licitação prevê aditivos em obras de reforma, até o montante de 50%, e que os
518 aditivos dos projetos do PMA variavam em torno de 23%, ou seja, menos da metade
519 da previsão legal. Em setembro de 2004, a previsão era de zero obra, e foram
520 executadas 16 obras, além da contratação de mais 28. Foram gastos R\$7,5 milhões
521 de recursos. Informou que há o total de 28 obras em andamento, podendo chegar
522 em 56 obras em mais 15 dias, sendo que todo recurso de 2005 já está
523 disponibilizado, que existem 45 projetos para a realização de obras de PMA, mas o
524 montante orçamentário não existe. Mencionou que foram executadas, de 1998 a
525 2004, 506 obras de PMA, 523 agências aguardam execução, dentre elas, algo em
526 torno de 200 são imóveis próprios, sendo os demais locados. Explicou que estão
527 fazendo obras apenas em imóveis próprios, devido a gestões do TCU e a avaliações

528 posteriores. Ressaltou que é necessário executar 56 obras em 2005 e que existem
529 45 projetos prontos para o PMA, mas faltam recursos orçamentários. Para 2005,
530 foram previstos R\$9.200 milhões. Informou que, em 2004, além do PMA, foram
531 feitos em média 280 pequenos reparos, consumindo R\$12 milhões. Acrescentou que
532 há 200 terrenos nos quais poderiam ser construídas agências novas, já no padrão
533 PMA, mas desde 1990 não há recursos para investimento em construções, com
534 exceção de 6 obras que foram iniciadas mediante emendas de deputados,
535 destinando-se recurso num ano, e esquecendo-se do seu prolongamento.
536 Resultado: duas obras ficaram paralisadas e quatro foram concluídas. Informou que
537 o INSS tinha a aprovação de 32% da população antes do PMA. Em pesquisa feita
538 pelo Planalto, em 2001, após o PMA, a aprovação do INSS subiu para 64%.

539 O Conselheiro Marcelo Estevão considerou muito rica a apresentação do Sr.
540 Francisco em termos quantitativos, notando que foi feito um extrato do relatório de
541 gestão que serve de base para a prestação de contas, ponderando que, para o
542 Conselho, o objetivo não é saber quanto foi feito, mas se foi compatível com o
543 planejado. Esclareceu que quando essa demanda foi feita, na reunião passada, a
544 intenção era avaliar os pontos fracos e fortes da execução dos planos aprovados
545 anualmente. Da forma como foi exposto, considerou difícil saber se os números são
546 positivos ou negativos. Perguntou se houve superação de metas ou não, porque não
547 havia critério que permitisse elementos de comparação. Ressaltou que não se
548 tratava de crítica ao trabalho desenvolvido, enfatizando que, do ponto de vista das
549 atividades do Conselho, que tem o dever não apenas de aprovar os planos de ação,
550 mas de avaliar os seus avanços, o Conselho ficou sem elementos suficientes para o
551 seu exame. Porém, acrescentou que alguns pontos podiam ser observados quando
552 a prestação de contas fazia comparação com outros anos: houve aumento de
553 benefícios represados e deterioração do tempo médio da concessão do benefício e
554 do número de agências reformadas no ano passado (16 agências somente).
555 Perguntou se esse resultado era considerado satisfatório, uma vez que, numa das
556 discussões sobre o PPA, percebeu-se um descompasso na capacidade de execução
557 dos recursos destinados ao PMA. Foi solicitada a presença do Sr. Senno para saber
558 por que não se gastavam aqueles recursos nesse programa. Ponderou que o PMA é
559 estratégico para a reputação da Previdência, mas que o ritmo em que ele vem sendo
560 executado é preocupante, pois demorou seis anos para ser executada cerca de

561 metade do projeto. Se houvesse recursos alguns imóveis próprios já poderiam ser
562 reformados. Considerou o ritmo incompatível, pois, de acordo com informações
563 prestadas em reuniões passadas a respeito do PPA, havia recursos. Concluindo,
564 explicou que a intenção do Conselho era identificar os gargalos e as suas razões,
565 merecendo do Conselho uma ação mais estrita, em termos de deliberação e de
566 acompanhamento, fazendo um esforço para que haja mais coordenação e um apelo
567 para a concepção dessas políticas, a fim de que as diversas autoridades envolvidas
568 tratem esses temas com prioridade.

569 O Conselheiro Ricardo Patah comentou que só se podem interpretar os dados se
570 houver uma forma de se avaliá-los, para saber se são bons ou não. Citou que, diante
571 do montante de R\$100 bilhões, R\$28 milhões não são nada, mas trata-se de muito
572 dinheiro. Ponderou que certas questões deveriam ser expostas de forma mais
573 enfática, citando como exemplo os gastos indevidos. Não quis analisar o mérito das
574 reformas e construções, considerando que o INSS não é uma imobiliária, mas se
575 transformou na maior do país. Solicitou uma relação dos imóveis do INSS para o
576 conhecimento do Conselho, argumentando que há imóveis sendo usados de forma
577 indevida, pois, ao invés de gerar recursos, causam despesas. Considerou que, de
578 posse dessa relação de imóveis do INSS, o Conselho poderá deliberar sobre um
579 tema que considera muito pertinente, ajudando a eliminar um dos grandes gargalos
580 da Previdência.

581 O Conselheiro Evandro Morello parabenizou as duas apresentações. Comentou que
582 os números apresentados remetem a uma reflexão sobre como operacionalizar
583 melhor o sistema. Considerou que a quantidade de benefícios represados é um
584 problema sério. Informou que, no ano passado, foi feita uma capacitação, na área
585 rural, em parceria entre a Contag e o INSS, envolvendo os servidores do Instituto,
586 para melhorar o processo de atendimento. Havia um decréscimo de concessões de
587 benefícios entre janeiro e junho, mas, de julho a dezembro, essa ordem se reverteu,
588 devido à melhoria e à uniformização do atendimento na área rural. Explicou que
589 havia dois itens interligados com o que se havia discutido em relação à Dataprev e à
590 tecnologia da informação: controles internos frágeis e sistemas informatizados
591 incompatíveis com a realidade. Ponderou que deve haver investimentos nessa área,
592 que é estratégica e vai influenciar na elaboração de uma melhor estrutura
593 organizacional, considerando a TI é um elemento-chave para isso. Acrescentou que

594 é preciso avaliar esses dados com o intuito de verificar como poderá ser melhorada
595 a gestão. Expressou ao Sr. Senno a sua preocupação com o fato de as agências
596 ainda se concentrarem nas áreas urbanas, considerando necessário fazer
597 investimento nas agências do interior, para melhorar o atendimento que é feito lá.

598 O Conselheiro Eduardo Cezar Gomes perguntou qual é o custo médio atual das
599 reformas e qual é a estratégia de implementação das agências.

600 A Conselheira Lúcia Reis comentou que há planejamento e esforço de
601 modernização do serviço, mas que a todo momento ouviu dizerem que não há
602 orçamento, faltam recursos e funcionários, o que não é novidade nem se refere
603 somente à Previdência Social. Analisando a importância do programa de
604 modernização da gestão da Previdência Social, o anúncio de fraudes e de
605 sonegação publicado na imprensa, questões que são abordadas quando se fala em
606 cadastramento, questões sobre o auxílio-doença, perguntou ao Conselho e ao
607 próprio Ministério o que mais incorpora essas preocupações a as carências daqueles
608 que representam os diferentes segmentos do Ministério para que haja realmente um
609 programa de modernização da gestão, a fim de sair do planejamento, da tentativa.
610 Esclareceu que gostaria de apresentar uma questão de ordem mais geral e
611 detalhada do que se publica na imprensa, esperando que não se concentre apenas
612 na redução dos investimentos na Previdência, solicitando que ela fosse comentada
613 pelos presentes.

614 A Conselheira Josepha Theotônia comentou que a Conselheira Lucia Reis tocou
615 num ponto que a incomoda, pois, na sua percepção, existem dois tipos de
616 informações: uma para o Conselho e outra para a imprensa, como, por exemplo,
617 tudo o que se tem ouvido a respeito de modernização. Solicitou informação completa
618 sobre o patrimônio imobiliário do INSS, comentando que o INSS tem imóveis para
619 vender e alugar, mas não consegue, porque há uma série de dificuldades para lidar
620 com o assunto. Observou que a imprensa recebe informações que causam espanto.

621 O Conselheiro Marcelo Estevão perguntou quantas agências foram reformadas em
622 2003. O palestrante respondeu que foram 62. Em seguida, o Conselheiro perguntou
623 se será possível realizar as 56 obras previstas para este ano.

624 O palestrante Francisco Barbosa esclareceu que ficaria à disposição dos
625 conselheiros todo o relatório de gestão, com o objetivo, a meta, as divergências e

626 gargalos da casa. Acrescentou que foi apresentado o que a Auditoria do INSS
627 considerou mais relevante. Com relação à observação do Conselheiro Evandro
628 Morello, disse realmente tem ocorrido a falta de alinhamento entre a tecnologia da
629 informação e o negócio, o que configura o grande gargalo identificado pela Auditoria.
630 Quanto ao comentário da Conselheira Lúcia Reis, sobre o programa de gestão,
631 informou que não possuía dados, por isso não se sentiu à vontade para falar sobre o
632 assunto. Esclareceu à Conselheira Josepha Theotônia que estava prestando as
633 informações existentes no INSS.

634 O palestrante Senno, ao responder ao Conselheiro Marcelo, informou que há três
635 gargalos: a falta de estrutura da engenharia e patrimônio nas gerências executivas; a
636 ausência de concurso para engenheiro e a carência de recurso orçamentário.
637 Justificou as falhas na eficiência da gestão em 2004 devido à modificação da
638 diretoria no meio do ano, aduzindo que essa modificação constante em termos de
639 direção é histórica na Previdência.

640 O Conselheiro Marcelo Estevão comentou que esses gargalos históricos são
641 conhecidos, mas, mesmo assim, em 2003, foi possível reformar 62 agências,
642 enquanto, em 2004, reformaram-se apenas 16, portanto não se pode atribuir aos
643 problemas estruturais essa dificuldade, acrescentando que, apesar de enfrentar os
644 mesmos problemas, algumas gerências executivas têm bom desempenho, outras,
645 não. Então seria necessário identificar problemas específicos de cada uma.
646 Perguntou novamente por que foi interrompida a série de cerca de 80 agências
647 reformadas por ano, que caiu, em 2003, para 62 e, em 2004, para 16. O palestrante
648 respondeu que no ano que foram realizadas 155 reformas os recursos
649 orçamentários somavam R\$67 milhões; no ano em que foram feitas 16, dispunha-se
650 de apenas R\$10 milhões.

651 O Conselheiro Epitácio Luiz mencionou deve ser resolvida a política de gestão, para
652 depois se proceder ao trabalho.

653 O palestrante Senno aduziu que se houvesse uma política mais estável para esses
654 programas seria realmente mais adequado. Complementando a informação do
655 Conselheiro Marcelo Estevão, esclareceu que o atraso na liberação do orçamento do
656 ano de 2003 gerou impacto, motivado pela intenção dos executores de gestão de
657 alcançar o ideal previsto pelo TCU, que seria a contratação de projetos básicos e

658 executivos. Explicou que os recursos são anuais e, se todos os trâmites burocráticos
659 previstos em lei forem cumpridos, o ano vai passar, e não se utilizará o recurso.
660 Informou que aplicou o que era mais conveniente para a administração, ou seja,
661 cumprir a lei em suas exigências, mas de forma a haver uma execução orçamentária
662 mais eficaz. Acrescentou que se não houver estrutura para implementar as políticas
663 e os acordos entre os Ministérios e para fiscalizar os imóveis, cairá por terra
664 qualquer implementação política. Informou que, após reunião realizada, ontem, com
665 o Ministro, quando se apresentou a estrutura que vem sendo elaborada para o INSS,
666 houve uma melhor visão para a implementação de uma nova política. Acrescentou
667 que há intenção de avançar, mas é necessária uma decisão política para que isso
668 ocorra na prática. Disse que acredita que se houver uma política para pôr em prática
669 todos os projetos elaborados pela Casa, a imagem da Previdência será mudada
670 radicalmente. Informou que é possível executar, se houver recursos, algo em torno
671 de 100 PMAs com o contingente de engenheiros e a sua capacidade de fiscalização
672 atual. Respondendo ao Conselheiro Ricardo Patah, informou que serão alienados
673 1.073 imóveis na primeira etapa do processo e que estão consultando os
674 interessados nessa alienação, para aumentar o percentual de venda. Esclareceu
675 que a Previdência ocupa o quinto lugar em termos de imobiliárias do país, e não o
676 primeiro, que seria da União, com 30 mil imóveis, seguida pelo Banco do Brasil, que
677 dispõe de algo em torno de 7 mil a 8 mil imóveis, pela Caixa Econômica, com 7 mil
678 imóveis, e de banco particular. Informou que, mediante acordo de intenções com o
679 Ministério das Cidades, a Caixa Econômica vai pagar à vista para a Previdência por
680 150 imóveis, que estão sendo regularizados 7.500 imóveis já vendidos no Rio de
681 Janeiro e que há um estoque de 7.500 ao qual será aplicado o mesmo procedimento
682 de regularização. Afirmou que será disponibilizado ao Conselho o inventário de bens
683 e imóveis. Quanto à priorização e à interiorização de agências do PMA, esclareceu
684 que a priorização foi feita de acordo com maior demanda de atendimento e em
685 imóveis próprios, mas que já está havendo a interiorização. Com relação ao custo
686 médio, informou que a transformação de uma agência de médio e grande porte
687 custa R\$350 mil, mas que esse valor tende a diminuir porque restam as agências de
688 pequeno porte. Explicou, quanto à estratégia de priorização, que agora está havendo
689 a interiorização, principalmente nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
690 Finalizou a sua intervenção, dizendo que veio à reunião para discorrer sobre obras,
691 pois já havia falado anteriormente sobre patrimônio de uma forma geral e que

692 acredita que a modernização virá, entendendo que todos os servidores da
693 Previdência devem planejar mesmo, tendo em vista esse objetivo.

694 O Presidente do Conselho esclareceu que há uma determinação do Presidente Lula
695 e dos Ministros da Fazenda, da Casa Civil, do Planejamento e da Previdência de se
696 colocar em prática os projetos que já existem, aduzindo que é possível dar um salto
697 de qualidade para se combater a fraude e melhorar a arrecadação. Comentou que a
698 reunião de ontem, entre o Ministro e a Diretoria colegiada foi muito produtiva.
699 Acrescentou que o primeiro contato entre a Secretaria de Previdência Social e o
700 novo Ministro também foi muito positivo, esclarecendo que ele quer critérios
701 técnicos, que vai incluir na sua equipe pessoas capazes de contribuir para os
702 objetivos de melhoria de gestão e de controle dos recursos financeiros, evitando
703 desperdícios e fraudes, para reduzir os desequilíbrios que a Previdência Social
704 enfrenta. Mencionou que, após a apresentação do que a Secretaria de Previdência
705 Social havia feito em 2003 e em 2004, sentiu, por parte do Ministro, uma excepcional
706 boa vontade de sua parte e que não vai mais existir choque entre o INSS, a
707 Dataprev e o Ministério, como houve no passado. Finalizou comentando que o
708 Ministro teria uma grande sensibilidade em relação à modernização das agências,
709 uma vez que o custo não é elevado e o benefício seria grande para as pessoas.

710 O Conselheiro Marcelo Estevão solicitou ao Presidente que fizesse a leitura de
711 minuta de resolução por ele encaminhada.

712 **DELIBERAÇÃO: A resolução foi colocada em votação e aprovada por**
713 **unanimidade dos presentes com o seguinte teor: “RESOLUÇÃO Nº 1.257, DE**
714 **30 DE MARÇO DE 2005. O Plenário do Conselho Nacional de Previdência**
715 **Social, em sua 108ª Reunião Ordinária, realizada em 30/03/2005, no uso das**
716 **atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991,**
717 **resolve: 1. Determinar a integração dos planejamentos estratégicos do INSS e**
718 **da Dataprev na área de tecnologia de informação, sob a orientação da**
719 **Secretaria-Executiva do Ministério da Previdência Social, submetendo**
720 **periodicamente a este CNPS relatórios para fins de acompanhamento e**
721 **monitoramento. 2. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.**
722 **ROMERO JUCÁ, Presidente”.**

723 O Conselheiro Marcelo Estevão sugeriu aprovar outra resolução, relativa ao PAB,
724 com o objetivo de formalizar a necessidade de apuração das discrepâncias
725 identificadas na reunião passada, com o seguinte teor: “Determinar à Assessoria
726 Especial de Controle Interno, à Assessoria de Pesquisa Estratégica, à Assessoria de
727 Gerenciamento de Riscos e à Auditoria Geral do INSS que apurem as discrepâncias
728 verificadas na emissão de Pagamentos Alternativos de Benefícios – PAB, no mês de
729 janeiro de 2005, conforme identificado na reunião nº 107 (expediente anexo), bem
730 como a eventual ocorrência das mesmas discrepâncias em outros meses,
731 apresentando relatório circunstanciado sobre o assunto a este CNPS, no prazo de
732 30 dias”.

733 O Presidente perguntou ao Auditor Francisco José Barbosa se o prazo era razoável
734 para emitir parecer ao Conselho, o qual respondeu que, para o mês de janeiro de
735 2005, seria possível, mas não para outros períodos.

736 O Conselheiro Marcelo Estevão sugeriu, então, retirar o termo “bem como a eventual
737 ocorrência das mesmas discrepâncias em outros meses”. Em seguida, sugeriu outra
738 resolução com os seguintes termos: “Determinar (aos mesmos órgãos da resolução
739 anterior) que apurem a inexistência de controle efetivo, conforme evidenciado na
740 reunião nº 107 do CNPS, dos pagamentos de benefícios feitos em conta-corrente ou
741 via listagem de empresas, não sujeitos à suspensão em caso de não-movimentação
742 no prazo de 60 dias, conforme critério válido para os pagamentos feitos mediante
743 cartão magnético, apresentando relatório circunstanciado a este CNPS, no prazo de
744 60 dias”. Perguntou ao Auditor Francisco José Barbosa se seria possível apresentar,
745 nesse prazo, pelo menos um relatório preliminar. O Auditor respondeu que se fosse
746 descoberta alguma falha a auditoria seria estendida e isso seria informado ao
747 Conselho.

748 O Presidente ponderou que o Diretor de Benefícios não se encontrava presente e
749 que não teve tempo, devido à troca ministerial, de responder adequadamente a
750 todas as questões. Acrescentou que, no caso do PAB, seria interessante haver uma
751 auditoria para verificar o que ocorreu; quanto à segunda proposta de resolução,
752 sugeriu deixá-la registrada em ata e o envio de correspondência solicitando que a
753 Diretoria de Benefícios apresentasse algum esclarecimento sobre o assunto na
754 próxima reunião. O Conselheiro Marcelo Estevão concordou, porém, solicitou que
755 constasse em ata a solicitação para que a Auditoria analisasse a questão, mantendo

756 o prazo de 60 dias para a apresentação de avaliação sobre a discrepância dos
757 mecanismos de controle entre o que se exige para o pagamento por cartão
758 magnético e o previsto para as modalidades de conta-corrente e listagem
759 empresarial. Reafirmou a solicitação de que, na resolução referente ao PAB de
760 janeiro de 2005, fosse assumido o compromisso de correspondência da Secretaria
761 Executiva e da solicitação pessoal ao Dr. Francisco para fazer essa verificação.

762 O Presidente sugeriu alterar o termo “discrepâncias” da primeira proposta de
763 resolução para “avaliação”, o que foi acatado por todos, informando que voltariam a
764 analisar o tema durante a pauta da tarde. Em seguida, registrou a justificativa de
765 ausência do Conselheiro Jorge Higashino. Finalizou a primeira parte da reunião
766 agendada para a manhã, agradecendo a presença do Dr. Francisco e do Dr. Senno,
767 assim como de suas respectivas equipes, e sugeriu que as atividades fossem
768 retomadas às 15 horas.

769

770 **INTERVALO PARA ALMOÇO**

771

772 Retomando a reunião, o Presidente deu continuidade à ordem do dia, passando a
773 palavra ao palestrante Célio Rodrigues da Cruz, para apresentar o relatório do grupo
774 de trabalho criado pelo Conselho, com o objetivo de definir metodologia para
775 construir o perfil dos devedores da Previdência Social e classificar a dívida ativa do
776 INSS.

777

778 Relatório do GT Perfil da Dívida

779 Palestrante: Célio Rodrigues da Cruz, Procurador do INSS.

780 O palestrante iniciou a sua apresentação, fazendo uma síntese do desenvolvimento
781 dos trabalhos do GT. Relembrou que o grupo de trabalho foi criado pela Resolução
782 nº 1.242, do Conselho Nacional de Previdência Social. Esclareceu que, por sugestão
783 do GT, o CNPS determinou a criação de dois subgrupos, com o intuito de realizar
784 uma experiência-piloto de construção do perfil dos 300 maiores devedores da
785 Previdência Social e a missão de fazer todo o mapeamento das informações
786 existentes no âmbito da Previdência, inclusive de informações externas, para

787 viabilizar a construção do perfil dos devedores da Previdência. Informou que, no
788 decorrer dos trabalhos do primeiro grupo, avaliou-se a necessidade de se levar em
789 conta, para a construção do perfil dos devedores e para a classificação da dívida
790 ativa, os seguintes elementos: perfil cadastral do devedor; perfil econômico do
791 devedor; regularidade fiscal de devedor e situação do crédito tributário. Em relação à
792 situação do crédito, o grupo de trabalho concluiu que o fato gerador, a idade de
793 lançamento e a idade de inscrição em dívida ativa conjugados com outros
794 elementos, como custo/benefício desses créditos e o risco de prescrição, a
795 existência ou não de garantia e a situação processual deveriam ser considerados
796 importantes para a classificação da dívida, então o segundo e o terceiro grupos
797 assumiram a missão de construir a metodologia para subsidiar o primeiro grupo,
798 para definir o perfil dos devedores. Além disso, foi considerada, no início dos
799 trabalhos, a importância da qualidade dos dados, razão pela qual foi apresentada
800 uma proposta do CNPS, determinando ao Ministério da Previdência e ao INSS a
801 criação de um mutirão para atualizar todos os dados do sistema dívida ativa do
802 INSS. Com base nessa proposta, a Diretoria Colegiada do INSS aprovou uma
803 resolução, determinando a criação desse mutirão e autorizando a realização de
804 horas extras para os servidores, considerando a carência de servidores atuando na
805 Procuradoria e no órgão de arrecadação e cobrança. Informou, porém, que esse
806 mutirão até hoje não foi realizado em sua plenitude, pois o INSS afirma que não há
807 disponibilidade orçamentária para o pagamento de horas extras. Registrou que a
808 primeira etapa, que seria a melhoria da qualidade dos dados do sistema dívida ativa,
809 foi prejudicada pela falta de realização do mutirão. Apresentou os senhores
810 Maximiliano Coimbra, coordenador do grupo responsável pela sistematização das
811 informações, e Josivan Anselmo, coordenador do projeto-piloto para realizar o perfil
812 econômico dos 300 maiores devedores. Justificou a falta de desenvolvimento dos
813 trabalhos dos grupos a contento devido às restrições orçamentárias ocorridas no
814 início do ano, até o começo de março, uma vez que o grupo é formado por membros
815 de diversos estados. Informou que estiveram reunidos no início da semana os
816 membros do grupo do projeto-piloto, que estão tentando finalizar os critérios para
817 iniciar o trabalho de campo e que eles já conseguiram identificar uma série de
818 elementos com base nas informações existentes. Com relação ao grupo de
819 sistematização, esclareceu que já houve o mapeamento de dados considerados
820 relevantes, que estão dispersos em vários sistemas da Previdência, para ajudar a

821 construir o perfil dos devedores, acrescentando que a conclusão dos trabalhos vai
822 depender muito do apoio da Dataprev. Informou que, quanto à situação dos créditos,
823 o grupo de trabalho apresentou solicitação à Coordenação-Geral de Matéria
824 Tributária de diversas providências que têm como destinatária a Dataprev, como a
825 geração de relatórios ou de mecanismos para produzir relatórios gerenciais,
826 demonstrando a situação do crédito, se existe ou não garantia, se estão ajuizados
827 ou não, se estão paralisados na Justiça por falta de localização de bens ou de
828 devedores. Esclareceu que essas informações existem nos registros do sistema,
829 mas ainda não há relatórios gerenciais disponíveis. Solicitou que o Conselho fizesse
830 essa cobrança à Dataprev, para priorizar a elaboração dos trabalhos. Quanto à
831 definição da metodologia para classificar a dívida, ressaltou que o grupo resolveu
832 adiantar alguns aspectos, para não paralisar os seus trabalhos, então passou a
833 analisar com mais profundidade a situação dos créditos. Informou, a título de
834 ilustração, que há cerca de R\$103 bilhões de créditos em fase de Procuradoria,
835 excluindo os parcelados, que existem 239 mil devedores ou empresas,
836 correspondendo a 624.851 créditos, e que lhes chamou a atenção, em termos de
837 faixa de tempo e de faixa de valor, a quantidade de créditos inferiores a R\$5 mil.
838 Citou que existem 23.245 de devedores de valores entre zero e R\$1 mil, o que
839 corresponde a quase 10% do total de devedores, em termos quantitativos, e que há
840 51.217 empresas que devem valores entre R\$1 mil e R\$5 mil, totalizando cerca de
841 74 mil empresas devedoras do montante de R\$220 mil. Esclareceu que atualmente
842 existe uma portaria do Ministro da Previdência, com fundamento no art. 54 da Lei nº
843 8.212, que determina que os órgãos competentes estabeleçam critérios para a
844 dispensa ou exigência de valores quando o custo dessa medida for inferior ao
845 resultado a ser obtido, aduzindo que esses créditos foram ajuizados no passado
846 porque são mais antigos e na ocasião não existia essa portaria. Argumentou que
847 muitos desses créditos inferiores a R\$5 mil representam uma quantidade de
848 empresas e de créditos significativa, dificultando a realização do trabalho dos
849 grupos, porque, se os servidores se ocuparem com a depuração de todos esses
850 créditos, deixarão de focar a outra parte, que corresponde a uma expressão
851 monetária muito maior. Informou que os créditos até R\$5 mil correspondem a 0,13%
852 do total da dívida e que, em termos quantitativos de empresas, correspondem a mais
853 de 30% delas, razão pela qual, o grupo de trabalho, ao analisar a metodologia,
854 considerou relevante a faixa de valor e o custo/benefício, combinado com a faixa de

855 tempo, para créditos que se encontram nessa categoria. Citou ainda que quase 50%
856 dos créditos inferiores a R\$5 mil estão inscritos em dívida ativa há mais de dez anos,
857 afirmando que se trata de créditos de difícil recuperação. Combinando essa
858 informação com o custo/benefício, argumentou que não se justifica despender
859 esforços para fazer um trabalho de atualização e depuração para tentar construir o
860 perfil desses devedores, mobilizando a máquina de procuradores e da Justiça para a
861 cobrança de créditos de tais valores. Informou que foi realizada hoje uma reunião
862 com a Coordenação-Geral de Matéria Tributária, representada pelo Dr. Marcelo,
863 Coordenador-Geral Substituto, na reunião do CNPS, na qual se concluiu que a
864 melhor alternativa seria determinar a extinção dos créditos tributários inferiores a
865 R\$5 mil e inscritos em dívida ativa há mais de dez anos. Dessa forma, seriam
866 reduzidos o número de devedores e os custos de manutenção, liberando os
867 procuradores para se concentrar sobre os créditos mais relevantes que realmente
868 justificam um trabalho mais aprofundado. Sugeriu que o CNPS fizesse alguma
869 proposição relativa aos créditos por devedor, para que, no caso de empresas que
870 devem menos de R\$5 mil, cujos créditos se encontrem inscritos em dívida ativa há
871 mais de dez anos, se buscasse autorização legislativa para promover a sua
872 extinção, em nome do princípio da eficiência e da economicidade. Esclareceu que
873 não é possível saber quantos devedores se inserem na faixa acima de dez anos de
874 inscrição em dívida ativa, mas que se pode concluir que cerca de 50% do montante
875 de R\$132 milhões, equivalentes à metade dos 93 mil créditos ou das 74 mil
876 empresas, seriam atingidos por essa medida, o que representaria a racionalização
877 dos trabalhos e o aumento de eficiência. Finalizando a sua apresentação, solicitou
878 prorrogação do prazo para a continuidade dos trabalhos dos três grupos, justificando
879 que o trabalho de prospecção está dificultando a conclusão da metodologia,
880 aduzindo que estão aguardando a conclusão do projeto-piloto de construção do perfil
881 dos 300 maiores devedores da Previdência, que já está em andamento, e o
882 resultado da sistematização, para que o grupo de trabalho possa apresentar o
883 relatório final, com sugestão de metodologia para a elaboração do perfil dos
884 devedores e da classificação da dívida ativa. Solicitou a prorrogação do prazo
885 relativa ao projeto-piloto para até o final de outubro, envolvendo o encerramento do
886 trabalho de campo e a análise dos dados. Quanto ao grupo de sistematização, o
887 prazo seria até o dia 7 de novembro e, para finalizar toda a metodologia, até o final
888 de dezembro.

889 O Conselheiro Ricardo Patah ponderou que tais empresas, ainda que devedoras de
890 pequenas quantias, violam os direitos dos trabalhadores, considerando que o
891 Conselho não deveria medir esforços para que essa situação fosse resolvida.
892 Afirmou que o movimento sindical poderia ajudar muito, porque é o primeiro ter
893 conhecimento de prováveis empresas devedoras. Argumentou que há necessidade
894 se buscar a qualquer custo a recuperação desses valores que não pertencem à
895 Previdência Social, e sim ao povo brasileiro. Perguntou se os valores são históricos
896 ou atualizados.

897 O Sr. Célio da Cruz respondeu que os valores são atualizados, inclusive com a
898 incidência de juros e multa, esclarecendo que em média o valor principal
899 corresponde a 40% do montante.

900 A Conselheira Lúcia Reis cumprimentou os participantes dos grupos pelo relatório
901 apresentado, lamentando o descompasso entre a ação do GT e a expectativa do
902 CNPS. Lembrou que o MPS anunciou medidas para melhorar a gestão e combater a
903 sonegação, supondo que deve haver alguma medida para que não seja necessário
904 esperar tanto tempo pela finalização do trabalho dos três grupos. Sugeriu estudar
905 em caráter emergencial a disponibilização de recursos de maneira a permitir que o
906 GT conclua seus trabalhos com a máxima rapidez. Esclareceu que compreendia a
907 proposta dos procuradores, mas encareceu o Conselho a buscar, junto ao Ministério,
908 alternativas para que o trabalho do grupo seja concluído, pois considerou o prazo
909 solicitado longo demais.

910 O Presidente, traduzindo a ponderação da Conselheira Lúcia, perguntou ao Sr. Célio
911 da Cruz do que os grupos precisavam para concluir o trabalho e o que o Conselho
912 poderia fazer para ajudar nesse sentido.

913 O Conselheiro Aurélio elogiou o trabalho do perfil da dívida e afirmou que seria
914 urgente adotar uma medida para cancelar as dívidas de até R\$5 mil, considerando
915 que devem ser de pequenas empresas que já não existem. Concordou com a
916 proposta da Conselheira Lúcia, referente à agilização do trabalho da Procuradoria
917 para apurar os créditos das 300 maiores devedoras da Previdência, que
918 representam 83% da dívida.

919 O Conselheiro Eptácio Luiz também concordou com a Conselheira Lúcia, aduzindo
920 que seria necessário “centrar fogo” nos maiores devedores. Ponderou que se

921 esperarem até dezembro não haverá política que se sustente até lá, então perguntou
922 que medidas o Conselho poderia adotar para solucionar isso, que propostas de
923 curto, médio e longo prazo poderia ser feitas para encaminhar o assunto.

924 O Conselheiro Marcelo Estevão disse que não sabia como atender ao apelo da
925 Procuradoria; que o Conselho também gostaria de saber a quem apelar para que as
926 suas recomendações e sugestões fossem ouvidas. Explicou que há um ano o CNPS
927 elencou 16 medidas que poderiam auxiliar a Previdência a acelerar a recuperação
928 dos seus créditos, e a única resposta recebida foi o silêncio. Aduziu que havia
929 esperança de que aquelas medidas pudessem ser materializadas ou que fosse
930 anunciado um choque de gestão, o qual não passou de “fogos de artifício”, porque
931 houve apenas uma medida provisória para alterar o benefício de auxílio-doença.
932 Ponderou que era surpreendente que, após a concessão de todos os prazos,
933 imaginando que o fato de o grupo trabalhar em conjunto com o Conselho
934 significasse um certo respaldo por parte da administração previdenciária, não
935 houvesse avanços. Acrescentou que existe uma desconexão entre a ação e o
936 discurso, mas que era necessário um voto de confiança no novo Ministro. Renovou o
937 apelo para que o pacote de sugestões encaminhado pelo Conselho fosse pelo
938 menos discutido.

939 O Presidente ponderou que o grupo encontrou dificuldade na agilização de obtenção
940 de dados por parte da Dataprev, propondo uma providência: reforçar a solicitação do
941 grupo por intermédio do Secretário Executivo do Conselho ou do próprio Ministro,
942 como Presidente do CNPS. Acrescentou que, em relação aos créditos de pequeno
943 valor, se sabe que boa parte deles é de difícil recuperação e que a relação
944 custo/benefício certamente não seria vantajosa, mas que existem outras formas de
945 se fazer cobrança de lotes de pequeno valor. Considerou que o cancelamento seria
946 uma alternativa, mas explicou que conversou com o Banco do Brasil sobre a
947 cobrança de créditos de pequena monta e soube que aquele Banco faz cobranças
948 de créditos tributários para estados e municípios, por meio de boleto bancário.
949 Informou que essa cobrança terceirizada para estados e municípios resultou numa
950 taxa de retorno de 40% a 60%, o que pode não ocorrer no caso desses devedores.
951 Mas, ainda que se recuperassem 10%, seriam R\$13 milhões. Perguntou qual era a
952 opinião da Procuradoria sobre a possibilidade de se estudarem mecanismos

953 alternativos de cobrança, de forma a proporcionar uma relação de custo/benefício
954 melhor do que o mero cancelamento dos créditos.

955 O Procurador Célio da Cruz informou que esses créditos já estão inscritos em dívida
956 ativa há mais de 10 anos, o que significa que já foram ajuizados na sua quase
957 totalidade. Mesmo que a Previdência terceirizasse a cobrança, a máquina pública
958 não pode deixar de atuar sobre os processos que tramitam no Judiciário. Salientou
959 que a Procuradoria precisa melhorar sua estrutura organizacional, o que poderia ter
960 sido feito junto com a criação da SRP. Esclareceu que a cobrança administrativa não
961 se estende à exigibilidade do crédito na fase judicial, portanto o trabalho da
962 Procuradoria não seria reduzido. Aduziu que o custo/benefício não se justificaria,
963 porque, se o crédito está inscrito em dívida ativa há mais de dez anos, certamente a
964 maioria dessas empresas está fechada ou não dispõe mais de bens. Informou que a
965 idade média do fato gerador desses créditos é de mais de quinze anos, por isso a
966 Procuradora enfrenta uma dificuldade enorme. Portanto, na sua opinião, a medida
967 mais eficaz seria realmente a extinção desses créditos tributários, para evitar o custo
968 de manutenção.

969 O Sr. Marcelo, Coordenador-Geral Substituto de Matéria Tributária, acrescentou que,
970 no âmbito da Procuradoria, os créditos até R\$5 mil não estão sendo ajuizados, para
971 evitar a perda de tempo por parte do procurador, mas permanece a restrição
972 cadastral no sistema, para a emissão de certidão de irregularidade fiscal e é feito o
973 encaminhamento imediato ao Cadin, esclarecendo que, para créditos no valor de até
974 R\$10 mil há o parcelamento simplificado. Esclareceu que, no caso dos créditos até
975 R\$5 mil que se encontram inscritos em dívida ativa há mais de dez anos, não
976 acredita que existam empresas que queiram comprá-los. Aduziu que a extinção
977 proposta diminuirá a carga de trabalho, que já é excessiva e que, uma vez que a
978 GFIP está na praça, todos os créditos decorrentes dessa confissão serão
979 encaminhados para a Procuradoria, o que demandará esforços de cobrança.
980 Informou que a manutenção desses créditos, que totalizam 250 mil, do total de 750
981 mil inscritos, é paga à Dataprev por unidade, sem importar o seu valor. Portanto,
982 haveria uma redução de 30%, inclusive dos custos de manutenção no sistema.
983 Comunicou que enviou proposta para a AGU e para a SE do MPS visando a
984 reestruturação da Procuradoria, para a qual solicitou o apoio do CNPS, assim como
985 para a advertência à estrutura geral da Casa quanto à necessidade urgente de

986 aparelhamento e de nivelamento da estrutura judicial de cobrança dos créditos
987 previdenciários com a estrutura existente no âmbito da Receita Previdenciária.

988 O Conselheiro Eduardo Cezar Gomes comentou que o Sr. Marcelo Soares Alves
989 afirmou que o número de procuradores passou de 217 para 1.637, de 2003 a 2004,
990 e solicitou a confirmação desse dado.

991 O Sr. Marcelo informou que, após a edição da MP nº 2.212, convertida na Lei nº
992 1.198, houve uma cisão. A Procuradoria do INSS, atualmente, é responsável pela
993 cobrança dos créditos previdenciários na esfera administrativa e judicial, na qual se
994 encontram lotados 700 procuradores.

995 O Presidente perguntou se essa estrutura está na PGF. O Sr. Célio da Cruz
996 informou que essa estrutura está no âmbito da PGF e que a PFE e o INSS não
997 cuidam mais da cobrança judicial.

998 O Conselheiro Evandro Morello comentou que se sentia frustrado depois da
999 informação da Procuradoria a respeito do prazo e de outras questões, pois o
1000 processo deveria ser mais ágil, porém o peso da burocracia é grande. Ponderou que
1001 seria melhor expor o assunto relativo à extinção do crédito tributário para o
1002 Congresso e a sociedade se houvesse dados para embasar a solicitação, tais como
1003 o custo atual, a disponibilidade de recursos humanos e quantidade de processos
1004 existentes. Expressou que não se sentia à vontade para tomar uma deliberação
1005 nesse sentido, mas concordou com a lógica da exposição. Enfatizou que é
1006 necessário que esse cancelamento seja feito por meio de legislação e acrescentou
1007 que talvez fosse possível apresentar um projeto de lei com esses fundamentos.

1008 O Conselheiro Marcelo Estevão solicitou um aparte ao Conselheiro Evandro Morello,
1009 esclarecendo que já se manifestara favoravelmente à supressão dos créditos de até
1010 R\$5 mil, mas que, quando se adota uma decisão como essa, não se faz
1011 isoladamente, sob pena de passar uma imagem de leniência. Portanto, propor algo
1012 assim teria sentido apenas se fosse dentro de um conjunto de outras medidas que
1013 viabilizassem de fato a recuperação de parcelas substanciais dos créditos da
1014 Previdência Social.

1015 O Conselheiro Evandro Morello perguntou se a restrição cadastral tem surtido
1016 resultados satisfatórios no processo e que outras medidas poderiam ser

1017 implementadas. Concordou com o Conselheiro Marcelo Estevão que não seria
1018 possível adotar uma medida isolada.

1019 O Conselheiro Sérgio Rosa informou que está participando do grupo, sob a
1020 orientação do Sr. Célio da Cruz, que apresentou uma proposta para a consideração
1021 política, uma vez que a consideração técnica já foi realizada. Ponderou sobre a
1022 necessidade de se olhar para a frente, para saber, daqui a 10 anos, quem serão os
1023 devedores da Previdência e qual será o seu perfil. Enfatizou que o Conselheiro
1024 Marcelo tinha razão, porque é preciso ponderar do ponto de vista político, uma vez
1025 que, sob o ponto de vista técnico, o grupo está seguro de que será realmente uma
1026 vantagem, deixando de pensar nos R\$130 milhões que deixarão de ser arrecadados,
1027 para se preparar em relação aos bilhões que mais adiante poderão entrar. Ressaltou
1028 a necessidade de se desenvolver uma ferramenta para descrever o perfil dos
1029 próximos devedores, citando que na relação dos atuais devedores, o maior grupo é
1030 o de transporte coletivo. Indagou quais são os cuidados que a Previdência deve
1031 tomar para que, quando se criar uma empresa de transporte terrestre, ela não se
1032 torne uma grande devedora e que orientação deverá ser passada aos fiscais para
1033 evitar casos semelhantes. Argumentou ainda que, ao analisar a questão dos 300
1034 maiores devedores, haverá empresas que devem 300% do seu patrimônio,
1035 questionando a possibilidade de se receberem esses recursos à luz da nova lei de
1036 processo de falência. Solicitou que todos esses elementos fossem levados em
1037 consideração.

1038 O Conselheiro Aurélio concordou com a sugestão do Conselheiro Marcelo, aditando
1039 que boa parte dos procuradores está cuidando de dívidas que não existem mais,
1040 porque aquelas empresas já desapareceram, considerando-as insignificantes em
1041 relação à grande dívida que a Previdência Social pretende receber. Ponderou que
1042 não se trata de cancelar totalmente a dívida, porque o registro permanecerá no
1043 Cadin. Lembrou o alerta relativo à GFIP que fez na reunião passada, acrescentando
1044 que daqui a pouco vão chegar à Procuradoria muitas dívidas que não existem,
1045 porque uma empresa desconta de outra e registra na GFIP; quando ela pede uma
1046 certidão, leva o documento, mas não se apaga aquela restrição, tornando-se uma
1047 bola de neve. Esclareceu que isso é fiscalizado, mas não há baixa, asseverando que
1048 deveria ser tomada uma providência para não se acumularem ainda mais processos
1049 na área de Auditoria e da Procuradoria.

1050 O Conselheiro Julian Viana concordou com o Conselheiro Evandro Morello, dizendo
1051 que tomar uma decisão nesse sentido é muito preocupante, pois com esse dinheiro
1052 seria possível contratar 20 mil funcionários por um ano. Considerou que não seria
1053 possível abrir mão dessa quantia, portanto a proposição seria absurda.

1054 O Sr. Marcelo esclareceu que na questão referente às dívidas de zero a R\$5 mil não
1055 se analisou o mérito da escassez de servidores, e sim o próprio perfil da dívida,
1056 aduzindo que aquela empresa não existe mais.

1057 O Conselheiro Julian Viana perguntou se havia certeza de que aquela empresa não
1058 mais existia.

1059 O Sr. Marcelo informou que estava dizendo isso pela sua experiência de Procurador.
1060 Se um crédito de R\$5 mil, inscrito há dez anos em dívida ativa, ainda não foi
1061 cobrado é porque essa empresa não existe; se existe, está inativa. Acrescentou que,
1062 do universo de 700 procuradores, 30% cuidam desses créditos, ou seja, 200
1063 procuradores. Por ano, isso representa um gasto de R\$25 milhões somente em
1064 salários, fora os auditores envolvidos e o que se paga à Dataprev para manter o
1065 sistema e gerar relatórios. Então seria perfeitamente viável uma pretensão de
1066 proposta ou de exposição de motivos para demonstrar o custo de operacionalização
1067 para a obtenção de R\$130 milhões.

1068 O Sr. Célio da Cruz acrescentou que o valor de R\$130 milhões corresponde à
1069 totalidade dos créditos de até R\$5 mil, sendo que a proposta se refere apenas
1070 àqueles inscritos em dívida ativa há mais de dez anos, o que representaria 49% dos
1071 R\$130 milhões. Esclareceu que atualmente a Procuradoria não ajuíza dívidas no
1072 valor de até R\$5 mil, porque o custo da medida é superior ao benefício. Aduziu que
1073 o Conselheiro Sérgio Rosa foi feliz quando disse que essa é uma medida importante
1074 para limpar o caminho e diminuir as barreiras para a continuidade dos trabalhos, pois
1075 toda a máquina será mobilizada para trabalhar em relação a 30% dos devedores,
1076 sendo que se poderá concluir que eles não existem mais ou que não há bens. Então
1077 a máquina judiciária será mobilizada para requerer a suspensão ou o arquivamento
1078 do processo, sendo que, se o processo ficar paralisado, o juiz poderá intimar a
1079 Fazenda e, de ofício, decretar a prescrição. Ponderou se seria exitoso mobilizar toda
1080 a máquina e desviar o foco dos outros quase 100% de devedores, atrasando as
1081 demais medidas, se daqui a três ou quatro anos o juiz vai decretar a prescrição.

1082 O Presidente solicitou que fossem feitos os encaminhamentos relativos à proposta
1083 de programação, ao prazo que o grupo solicitou para apresentar o trabalho e à
1084 sugestão relativa aos créditos de pequeno valor e idade avançada.

1085 O Conselheiro Evandro Morello perguntou qual era o custo com a Dataprev para
1086 manter esses créditos no sistema e se seria possível manter o crédito sob a forma
1087 administrativa, mas não judicial. Enfatizou que seria necessária uma fundamentação
1088 para que se faça uma avaliação mais detalhada do assunto, para que o Conselho
1089 pudesse deliberar. Ponderou, quanto ao prazo solicitado, que fosse feito um esforço
1090 para que, antes disso, houvesse algumas respostas mais factíveis com relação à
1091 proposta que foi feita ao grupo de trabalho. Sugeriu a concentração de esforços para
1092 reduzir o prazo solicitado.

1093 O Conselheiro Epitácio Luiz comentou que uma pessoa do Ministério Ihe disse que
1094 cada processo custa R\$1.900,00 para ser ajuizado, então começa a se justificar a
1095 solicitação da Procuradoria relativa a processos de até R\$5 mil. Perguntou o que
1096 poderia ser feito para resolver essa questão em bloco.

1097 A Conselheira Lúcia Reis observou que a discussão acabou se concentrando nos
1098 valores de zero a R\$5 mil. Lembrou que se falou em falta de pessoal e de
1099 pagamento de horas extras como obstáculos para que o trabalho fosse executado e
1100 ponderou que, quando de sua primeira intervenção, queria saber o que era
1101 necessário investir em termos de suporte para que o grupo pudesse finalizar a sua
1102 tarefa, com o objetivo de atacar aqueles 85% de devedores. Considerou que a
1103 discussão estava girando em círculo, acrescentando que não possuía conhecimento
1104 para deliberar sobre o assunto, mas que não haveria impedimento para que a
1105 questão fluísse. Sugeriu que o Ministério atuasse junto à Dataprev para dar suporte
1106 em termos de providências a serem adotadas para que o prazo seja decidido numa
1107 próxima reunião, com a possibilidade de ser mais curto, pois há necessidade de
1108 resultados rápidos.

1109 O Presidente sugeriu alguns encaminhamentos: primeiro, encaminhar carta da
1110 Secretaria Executiva do CNPS à Dataprev, anexando cópia da resolução que
1111 instituiu o grupo de trabalho e enumerando as demandas que foram feitas e ainda
1112 não foram desenvolvidas, que necessitam de atendimento urgente; segundo,
1113 deliberar uma recomendação ou uma resolução do Conselho sobre se devem ou

1114 não ser cancelados os débitos naquela faixa de valor e com aquela idade, pois com
1115 isso se abriria espaço para dar tratamento mais adequado para os créditos mais
1116 importantes que estão ingressando. Ponderou que no serviço público não se ignora
1117 simplesmente uma dívida de R\$132 milhões, então seria necessário formalizar
1118 estudos para formular essa proposta, seguindo os trâmites adequados. Colocou a
1119 sua equipe à disposição para ajudar nos encaminhamentos políticos que se
1120 tornassem necessários; terceiro, propôs a prorrogação do prazo de vigência do
1121 grupo de trabalho por três meses, até o final de junho, para que seja apresentado
1122 algum resultado, podendo tal prazo ser prorrogado novamente depois.

1123 A Conselheira Lúcia Reis concordou com o que foi apresentado pelo Presidente,
1124 mas insistiu que sejam adotadas algumas medidas para dar suporte ao trabalho do
1125 grupo, de modo que ele possa ser finalizado em julho.

1126 O Presidente ponderou que poderia ser aprovada uma recomendação ou resolução
1127 do Conselho no sentido de prorrogar o prazo até junho e, simultaneamente, o
1128 Ministério da Previdência, o INSS e a Dataprev disponibilizariam todos os recursos
1129 necessários ao grupo para acelerar os seus trabalhos.

1130 O Conselheiro Marcelo Estevão ponderou que foi criado um grupo de trabalho
1131 constituído por pessoas do Conselho, foi elaborado um documento com 16 tópicos e
1132 medidas que deveriam ser adotadas, visando a inovação no que se refere à
1133 recuperação de créditos, portanto não haveria sentido em se discutir apenas um
1134 item, relativo à questão dos R\$5 mil. Portanto, na sua opinião, ou se discutia o
1135 pacote inteiro, para rever todas as medidas sugeridas, ou não haveria racionalidade
1136 em sair do acessório para voltar a discutir o principal, centrado num dos itens
1137 daquele conjunto de medidas objeto de consenso.

1138 O Presidente explicou que não se tratava de discutir novamente o documento.
1139 Informou que ontem, durante a reunião da Secretaria de Previdência Social com o
1140 novo Ministro, entregou-lhe o documento das 16 sugestões, como uma contribuição
1141 do CNPS. Ponderou que o Conselheiro Marcelo Estevão já foi Secretário de
1142 Previdência Social e sabe que cancelar uma dívida de R\$132 milhões é uma decisão
1143 delicada. Por isso informou aos procuradores que trabalharia na formalização e na
1144 formatação dessa proposta, para fundamentá-la juridicamente e entregá-la ao
1145 Ministro.

1146 O Conselheiro Marcelo Estevão argumentou que foram elaboradas 16 propostas,
1147 então não seria razoável apresentar formatação jurídica para apenas uma delas, a
1148 que isenta os devedores de até R\$5 mil, inscritos em dívida ativa por mais de dez
1149 anos, esquecendo as outras 15. Na sua opinião, para abordar esse tema, deve-se
1150 formatar as propostas jurídicas concretas referentes a todos os temas.

1151 O Conselheiro Sérgio Rosa esclareceu que a partir do momento em que se fizer a
1152 depuração e o levantamento da base de dados, o grupo começará a tratar as
1153 informações, a partir das quais poderá implementar as 16 recomendações e outras
1154 mais. Complementou que, apesar das dificuldades de natureza técnica, há também
1155 as de natureza institucional. Explicou que os técnicos não estão preocupados com
1156 isso, caso contrário não fariam um trabalho de profundidade. Esclareceu que eles
1157 mergulharam na depuração dos dados, mas há tanto “lixo”, que, se não for
1158 removido, não se conseguirá averiguar o que existe por baixo daquilo. A proposta
1159 não se volta para o passado, pois, se for adotada uma medida para recuperar R\$130
1160 milhões, deixando de recuperar R\$200 milhões ou R\$400 milhões, não valerá a
1161 pena. Aduziu que a perspectiva temporal deve ser mais longa. Nesse sentido,
1162 defendeu a proposta que foi feita e os encaminhamentos que o Presidente sugeriu,
1163 por considerá-los adequados.

1164 O Presidente esclareceu que ninguém é contra as outras 15 medidas, que foram
1165 detalhadas na Secretaria de Previdência Social sob a forma de minuta de projeto de
1166 lei ou de medida provisória, considerando-as como “cartas na manga” para o
1167 Ministro apoiar. Aduziu que o Presidente Lula, os Ministros da área econômica e o
1168 Ministro Romero Jucá estão dando prioridade a esse esforço, o que permitirá
1169 avanços em muitos daqueles pontos. Perguntou se poderia encaminhar as
1170 propostas que apresentou e se os procuradores concordavam com o prazo que
1171 sugeriu.

1172 O Sr. Célio da Cruz argumentou haverá muitas dificuldades para realizar o trabalho
1173 no prazo de 90 dias, porque dependerá da Secretaria de Receita Previdenciária, cujo
1174 prazo é mais longo, comentou que é necessário que sejam viabilizados recursos
1175 materiais e humanos, mas, se dependesse da boa vontade dos grupos de trabalho,
1176 eles se empenhariam ao máximo para realizar a sua tarefa no menor prazo possível.

1177 O Presidente explicou que a sua intenção era acelerar o que fosse possível nesses
1178 90 dias, assegurando que tentaria colocar à disposição do grupo todos os recursos
1179 possíveis. Informou que negociaria com o Secretário de Receita Previdenciária,
1180 assim como com outras instâncias do Ministério para viabilizar isso, então, dali a 90
1181 dias, o grupo retornaria ao Conselho para relatar os seus avanços. Garantiu que
1182 haveria novidades também em termos de implementação dos pontos constantes da
1183 lista de 16 propostas que o Conselho debateu e recomendou no ano passado.

1184 A Conselheira Lúcia Reis propôs que na reunião que o Presidente teria com o
1185 Ministro essa questão fosse apresentada, bem como as dificuldades que os
1186 procuradores têm enfrentado, para que ele analise que medidas poderão ser
1187 tomadas. Acrescentou que espera que sejam disponibilizadas as condições
1188 necessárias para que se possa realizar o trabalho em curto prazo e que a grande
1189 expectativa da CUT era de que finalmente se alcançassem os tais devedores cujos
1190 nomes são divulgados por aí com alguma medida de cobrança.

1191 O Presidente esclareceu que o Ministro Romero Jucá está tomando conhecimento
1192 da Casa, mas nos próximos dias vai encaminhar algumas medidas. Propôs que, da
1193 resolução do Conselho, constasse, além da prorrogação do prazo por mais 90 dias,
1194 a determinação do CNPS de que o Ministério da Previdência Social, o INSS e a
1195 Dataprev forneçam o suporte necessário ao grupo de procuradores, para acelerar os
1196 trabalhos, com o que todos concordaram. Em seguida, agradeceu ao Procurador
1197 Célio da Cruz e aos colegas que o acompanhavam. Passando ao próximo item da
1198 pauta, perguntou se o Sr. Paulo César, Coordenador de Benefício por Incapacidade,
1199 se disporia a comparecer à próxima reunião, dada a importância e complexidade do
1200 assunto, que deveria ser discutido com maior tranquilidade, adiando o item para a
1201 próxima reunião.

1202 A Conselheira Josepha Theotônia sugeriu que o Conselho distribuísse para os
1203 Conselheiros cópia da Medida Provisória nº 242 e do Decreto nº 5.399, ao que o Sr.
1204 Presidente respondeu que seria possível mandar por e-mail. A Conselheira Josepha
1205 Theotônia solicitou que, no mesmo momento em que o Ministério realizasse uma
1206 coletiva ou fornecesse *release* para a imprensa, também o remetesse para o e-mail
1207 dos conselheiros, que, dessa forma, teriam conhecimento do que a imprensa
1208 recebesse.

1209 O Presidente respondeu que seria perfeitamente viável, explicando que o Ministério
1210 realiza coletiva mensal do regime geral de Previdência, produzindo uma
1211 apresentação em *power point*, com os principais números do mês, o que poderá ser
1212 enviado aos conselheiros no mesmo dia.

1213 O Conselheiro Marcelo Estevão lembrou ao Presidente a pendência da resolução
1214 que apresentou pela manhã.

1215 O Presidente esclareceu que recebeu informação da Diretoria de Benefícios,
1216 dizendo que o problema do PAB ocorreu devido a um único pagamento no valor de
1217 R\$1.307.445.257, o qual não foi efetuado, pois esse PAB foi cancelado. Informou
1218 que se tratava de um erro de digitação, porque o valor correspondia ao número do
1219 benefício, e que esperava que a questão do PAB fosse resolvida. Propôs que na
1220 próxima reunião fosse apresentado o plano de ação estratégica do PEP pela sua
1221 Coordenadora, Tereza Ouro. Informou também aos conselheiros que o Programa de
1222 Educação Previdenciária estava propondo ao Ministro a edição de uma portaria para
1223 reformular a estrutura do Comitê Nacional do PEP e dos seus comitês regionais
1224 junto às gerências executivas, sugerindo que o CNPS tivesse assento no Comitê
1225 Nacional do PEP, por meio de um representante da sociedade civil neste Conselho.
1226 Perguntou se havia concordância por parte dos conselheiros. Informou que haverá
1227 reunião a cada três meses e que, da mesma forma, eles oferecem a possibilidade de
1228 um assento para um membro da sociedade civil de cada Conselho da Previdência
1229 Social no Comitê regional, junto à respectiva gerência executiva. Perguntou se havia
1230 concordância e informou que na próxima reunião seria escolhido algum dos
1231 membros da sociedade civil com assento no CNPS para participar do Comitê
1232 Nacional.

1233 O Conselheiro Marcelo Estevão pede que se formalize a solicitação de auditoria sob
1234 a forma de ofício, para analisar o sistema de controle dos benefícios pagos por meio
1235 de cartão magnético vis-à-vis o sistema de controle dos benefícios pagos por conta-
1236 corrente e listagem empresarial, lembrando que o auditor disse que seria possível
1237 fazer isso no prazo de 60 dias.

1238 O Presidente solicita que seja registrado o pedido, acrescentando que o ofício será
1239 encaminhado por meio da Secretaria Executiva do CNPS para o auditor e para a
1240 Assessoria de Gerenciamento de Risco.

1241 A Conselheira Lúcia Reis solicitou que na pauta da próxima reunião haja um relato
1242 sobre o trabalho de avaliação do fator previdenciário.

1243 O Presidente informou que faria a solicitação ao conselheiro Guilherme Delgado.

1244 A Conselheira Josepha Theotônia perguntou se a próxima reunião poderia durar o
1245 dia inteiro, diante do risco de não serem analisados todos os assuntos.

1246 O Presidente respondeu que destinaria à próxima reunião o que houvesse ao seu
1247 dispor, então ela poderia durar o dia inteiro ou meio dia.

1248 A Conselheira Josepha Theotônia informou que entregou documento elaborado pela
1249 Associação de Aposentados de Jundiaí, juntamente com o Presidente, ao Ministro,
1250 com um apelo para que ele pensasse bem no reajuste que seria dado no dia 1º de
1251 maio. Solicitou que todos os conselheiros ajudassem os aposentados como
1252 pudessem, pois o salário mínimo provavelmente passaria para o valor de R\$300,
1253 mas o reajuste seria de 6%.

1254 O Presidente explicou que a Constituição prevê que os benefícios da Previdência
1255 Social sejam reajustados de modo a manter o seu poder de compra e que o
1256 benefício mínimo da Previdência equivale ao salário mínimo. Portanto, se o salário
1257 mínimo ficasse acima da inflação, quem o recebesse teria ganho real, esclarecendo
1258 que quem recebe acima de um salário mínimo terá o seu poder de compra
1259 preservado pelo INPC.

1260 A Conselheira Josepha Theotônia argumentou que o reajuste de 6% não recuperaria
1261 o poder de compra, porque muitas despesas não são computadas pelo INPC.

1262

1263 **V – OUTROS ASSUNTOS**

1264

1265 Definição da pauta da 109ª reunião, a ser realizada **em 27/4/2005**.

1266

1267 • Plano de Ação estratégica do PEP para 2005.

1268

1269 • Refis e crimes previdenciários

1270

1271 • Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador

1272

1273 **VI – ENCERRAMENTO**

1274

1275 Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a todos pela presença e
1276 declarou encerrada a 108ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência
1277 Social. Para constar, eu, Vanessa Meireles Barreto Chervenski, lavrei a presente
1278 Ata. Brasília, 30 de março de 2005.